

APRESENTAÇÃO

Intelectuais, cultura e política: modos de usar

Lidiane Soares Rodrigues¹

Alexandre Bergamo²

Há pelo menos duas linhagens distintas que balizam os estudos a respeito de “intelectuais”. De um lado, o acento nas tomadas de posição políticas “reproduzindo o gesto fundador do ‘*J’accuse*’”, de Émile Zola. Em detrimento da caracterização e análise da morfologia social, essa linhagem tende a explicar o que os intelectuais fazem, segundo o que pensaram; e o que pensaram, segundo o que fizeram – sendo que “fazer”, em geral, reduz-se ao âmbito da política. Daí certa inclinação às variadas maneiras de realizar *close reading* ou *análise estrutural do texto* e de encontrar no “texto” a chave explicativa das tomadas de posição dos agentes. De outro, uma linhagem que toma o exame da morfologia social como requisito prévio para qualquer análise dos intelectuais, por entender que “a orientação política dessas tomadas de posição” tornam-se inteligíveis “[...] antes de tudo pela posição de cada intelectual dentro de seu espaço profissional.” (MATONTI; SAPIRO, 2009, p. 5). Daí a necessária consideração do regime de constrangimentos a que estão submetidos os agentes e seus textos, cuja

¹ Professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

caracterização pressupõe o exame de múltiplas forças, oriundas de diversos espaços em que esses “profissionais do sentido” trabalham. De modo programático, o artigo seminal “Gênese e estrutura do campo religioso” (BOURDIEU, 2003) propõe modos de encaminhar esse tipo de análise, articulando o conteúdo dos textos, as posições e os recursos dos agentes em colaboração e concorrência pelas clientelas religiosas/simbólicas. Nós nos filiamos a essa linhagem e, por isso, o presente dossiê reuniu artigos de autores convidados e duas traduções dedicadas ao estudo das relações entre os intelectuais, a cultura e a política em afinidade com essa perspectiva.

Entrementes, no interior dessa abordagem encontram-se numerosas tendências analíticas. Ainda que seja impossível um balanço das tendências bibliográficas e de suas escolhas mais recorrentes, cumpre explicitar em que sentido as nossas são diferentes delas. Eis o que se faz a seguir, tendo como eixo a tomada de posição a respeito de três pontos: o que são “intelectuais”; de qual “morfologia social” se trata ao analisá-los; e qual a contribuição específica que tencionamos oferecer a uma área já estabelecida e relativamente saturada.

Em primeiro lugar, reunimos artigos que apresentam um leque amplo de concepções de “intelectual”. Entendemos que as definições do termo intelectual são, elas próprias, resultantes de relações conflitivas entre agentes que concorrem por seu monopólio. Ao invés de partir de uma definição abstrata – e, em geral, idealizada – do que sejam ou devam ser os intelectuais, os autores deste dossiê e nós, os organizadores, sustentamos que sua análise deva ser relacional e não essencialista. Isso não implica a adoção de um relativismo discursivo sem base material. Ao contrário, como todas as categorias lógicas, da perspectiva deste dossiê, a de “intelectuais” ancora-se na organização “sócio-lógica”. Nesse sentido, nosso empenho consistiu em publicar trabalhos atentos não apenas às zonas elevadas da hierarquia simbólica, mas também às rebaixadas, cujo impacto político e cultural é indiscutível. A investigação já sedimentada a respeito de intelectuais brasileiros ocupa-se preferencialmente de trajetórias de grupos, projetos e revistas culturais, tendo como foco a constituição de polos autônomos, catapultados por grandes figuras demiúrgicas. Tomando distância dessa tendência, tencionamos reunir pesquisadores alertas às transformações do presente e

do passado recente, na base da oferta e demanda por discursos e opiniões políticas e culturais, que têm animado litígios entre intelectuais consagrados e/ou rebaixados; praticantes de modalidades de intervenção rotineiras e/ou extraordinárias, à esquerda e/ou à direita, militantes partidários e/ou de causas específicas, sejam intelectuais oriundos de quaisquer domínios do conhecimento (Filosofia, Ciência Social, Direito, Medicina, Economia, etc.); ocorressem suas intervenções em formas individuais e/ou coletivas; fossem elas ordinárias (como trabalho remunerado junto aos governos ou à indústria cultural) e/ou extraordinárias (manifestos, abaixo-assinados); tivessem como suporte a imprensa escrita, o livro, o rádio e/ou a TV, a internet (*blogs*, entre tantas outras possibilidades); estivessem à direita ou à esquerda; defendessem posições confessionais ou laicas.

Em segundo lugar, decorrente das posições explicitadas, ao selecionarmos as contribuições, procuramos abarcar diversos espaços e múltiplas modalidades do trabalho intelectual de dominação simbólica. Por isso, em conjunto, os autores reunidos colocam em evidência, os espaços e as hierarquias específicas dos mesmos – que viabilizam as atividades intelectuais, como o Estado, o sistema de ensino e pesquisa, os mercados e a indústria cultural, os partidos políticos. Ademais, articulam-nos aos processos dinâmicos de mudança societal, os quais engendram tarefas para o trabalho de inculcação do arbitrário cultural e político, contraditoriamente, submetido a clientelas que precisa controlar (BOURDIEU, 2003).

Em terceiro lugar, e decorrente do ponto anterior, nós nos empenhamos em incentivar, reunir e divulgar pesquisas que se ocupassem de intelectuais ativos em diversos domínios das práticas – nem sempre tratadas como um trabalho de dominação simbólica. Desse modo, logramos contar com a contribuição de Jean-Yves Mollier centrada na *censura* exercida por intelectuais católicos de direita (França, século XX); de Marcos César Alvarez e Fernando Salla, centrada nos interstícios da *criminologia, do direito e da medicina* (Brasil, século XIX–XX); de Horacio Tarcus e Andrea Borges Leão, centradas na prática da *tradução e da edição* (no espaço hispano americano e global); de Mariana Barreto, centrada na *crítica musical* dos artistas populares; de Ana Paula Hey, Aline Chiaramonte e Roberto Grün, centradas no *jornalismo*; e de Lidiane Soares Rodrigues, centrada

na *paradidática política* da indústria cultural. Em suma, reunimos análises do trabalho de dominação simbólica exercida por intelectuais no interior das práticas da censura, criminologia, tradução, edição, crítica musical, jornalismo, paradidática. O pesquisador da área reconhece facilmente a particularidade e os desvios que tencionamos propor.

Outra contribuição particular em que nos empenhamos consiste em duas caprichadas traduções, de textos inéditos em Língua Portuguesa, cedidos gentilmente pelo periódico *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. São eles: o artigo de Michael Pollak, *Uma sociologia em ato dos intelectuais: os combates de Karl Kraus*, de 1981; e o último texto de fôlego, com pesquisa empírica de base, publicado em vida por Pierre Bourdieu, *Uma revolução conservadora na edição*, de 1999. E, como gostaríamos de escapar de nexos evidentes ao conceber este dossiê, importa articulá-los à nossa proposta e aos trabalhos reunidos – pois isso não é óbvio, nem trivial.

Entre os pesquisadores de sociologia dos intelectuais, como se sabe, Karl Kraus é uma espécie de figura-mater que incarna a performance ideal da potência crítica. Michael Pollak analisa as condições objetivas em que esse ideal tão admirável pode ter vez. Kraus dirige seus ataques a dois grupos de intelectuais. O primeiro é constituído por jornalistas em via de profissionalização, cuja existência se tornou possível graças ao desenvolvimento das mídias e a seu “oportunismo intelectual”. O segundo por escritores a serviço da propaganda de guerra, uma prefiguração dos profissionais de relações públicas provenientes das burocracias públicas e privadas. Buscando explicitar o sentido das críticas e das intervenções feitas por Kraus a esses dois polos, Pollak caracteriza os mecanismos de dissimulação das relações entre os intelectuais, o poder político e o mercado de opiniões – além das rotações de posicionamentos, as jogadas de edição de biografia e textos, entre outras estratégias que animam a sobrevivência de todos os profissionais do simbólico. O leitor incauto pode se seduzir pela figura de Kraus; porém talvez se contrarie ao final do artigo em que os nexos de interdependência entre aqueles que sofrem seus ataques sem condescendência e ele próprio ficam evidentes. É o desencanto, bem ponderadas as coisas, que move essa análise.

Os artigos que reunimos neste dossiê correspondem ao espírito crítico de Kraus e, sobretudo, à ousadia analítica de Pollak, que não se subsume ao

feitiço dos “intelectuais críticos”. A alternativa a isso consiste em um duplo movimento encontrado nos artigos, sumarizados a seguir: a análise dos conteúdos da dominação simbólica, bem como dos interesses e dos recursos de que os intelectuais dispõem, em uma dada morfologia circunscrita no tempo e no espaço.

Jean-Yves Mollier, em *Os intelectuais e a censura na França no século XX*, analisa as condições de emergência do intelectual católico, espaço que foi dominado, na França do início do século XX, pelo abade Bethléem, que lançou, em 1904, seu *Romans à lire et romans à proscrire*, ensaio com 140.000 exemplares publicados e onze vezes reeditado, vendido em mais de 130 países, dentre os quais o Canadá, os Estados Unidos, o Uruguai, a Argentina e o Brasil, incitando autoridades a nomearem comissões compostas de numerosos pais de família para vigiarem a produção artística e cultural, em especial aquelas destinadas à infância e à adolescência.

Já Marcos César Alvarez e Fernando Salla, em *Os novos contornos do bacharelismo liberal: uma análise da trajetória de Candido Motta (1870–1942)*, discutem a figura dos bacharéis como portadores de um saber superior que os habilitava aos assuntos do Estado, da sociedade e da cultura. A trajetória de Candido Motta permite esquadrihar as redes de colaboração –, no interior da Criminologia, entre juristas e médicos no período – que tiveram papel decisivo no exercício do controle social.

Mariana Barreto, em *Por uma sociologia do artista popular*, analisa a trajetória do compositor João do Vale (1933–1996), assinalando como as práticas e os esquemas de percepção orientam as ações empreendidas nas produções artísticas e culturais. A definição do que seja “popular” envolve diferentes grupos de intelectuais, artistas, produtores e intermediários em diálogo – e o que se convencionou chamar “popular” resulta de conflitos nascidos nessa teia. Assim, artistas e obras são submetidos a cânones e a critérios que produzem e reativam permanentemente as crenças em torno do que é ou não o popular “autêntico”, “legítimo”.

Ana Paula Hey e Aline Chiamonte, em *Que a USP descanse em paz! Disputas simbólicas entre jornalistas e acadêmicos em fins dos anos de 1980*, exploram o embate entre o Jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) e a Universidade de São Paulo (USP). Tomando como ponto de partida a publicação, pela

FSP, da “lista dos improdutivos” (a rigor, professores eminentes da USP), o artigo mostra como a universidade pública torna-se alvo dos jovens jornalistas, por ser vista como concorrente na elaboração de concepções sobre a sociedade no contexto da redemocratização dos anos 1980 no Brasil.

Roberto Grün, em *Escondendo os “1%”: crítica e lógica socioculturais*, parte da premissa de que a disputa política entre os dois grandes partidos no Brasil contemporâneo, Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), estruturada no processo de redemocratização política dos anos de 1980, segue uma lógica que advém de sua origem no espaço acadêmico. O autor argumenta, como decorrência disso, que há uma seletividade na discussão pública: enquanto diversas desigualdades não se transformam em objeto de debates, outras são repetitivas.

Lidiane Soares Rodrigues, em *Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil/ 2002–2016)* trata da reconfiguração dos embates entre indústria cultural e espaço universitário, processada desde a conquista da Presidência da República pelo PT. Sua pesquisa caracteriza a maneira como o sistema de ensino produziu intelectuais duplamente híbridos (jornalistas-professores e professores-jornalistas), que foram atraídos pela indústria cultural em seu formato contemporâneo (em que as mídias convencionais são mescladas às ultracontemporâneas). A fim de estabelecer a dinâmica das trocas simbólicas do “mercado de reações” às presidências petistas, o artigo trata do intercâmbio entre seus agentes (clientelas, contratantes e intelectuais). Seu foco incide sobre Olavo de Carvalho; Demétrio Magnoli; Marco Antonio Villa; Reinaldo Azevedo; Luiz Felipe Pondé; Rodrigo Constantino; Leandro Karnal. Dentro do espírito que Pollak dirige a Kraus, a autora recusa-se a “redimir” o polo restrito da atividade erudita e concentra-se nos nexos de interdependência entre ele e o polo ampliado das práticas simbólicas. O título *Uma revolução conservadora dos intelectuais* rende homenagem ao segundo texto traduzido por este dossiê: ambos tratam do processo de achapante heteronomização de um espaço autônomo, por princípios do mercado econômico, revestido de colorações políticas rebeldes³.

3 *Cumpru agradecer a gentileza da autorização para publicar esta tradução, da parte de Jérôme Bourdieu e de Marie-Christine Rivière (Actes de la Recherche em Sciences Sociales), além da gentil intermediação junto a eles, de Gisèle Sapiro (École des Hautes Études em Sciences Sociales) e de Sergio Miceli (Departamento de*

Uma revolução conservadora na edição, de Pierre Bourdieu, trata do campo da edição por meio da prosopografia de 61 casas editoriais de literatura (francesa e estrangeira), apresentada na forma de uma análise de correspondência múltipla (ACM) e mostra como a estrutura da distribuição assimétrica de capitais específicos desse espaço pode ser caracterizada por meio do exame de seus principais agentes. O argumento central se desenvolve em torno da rigorosa heteronomização do campo relativamente autônomo das edições literárias pelas determinações do campo econômico. Particularmente a sessão “A dinâmica do campo e as novas tendências da produção editorial” explicita o nexos entre a inércia das práticas, encorajando os agentes à mimese das bravatas vanguardistas pretéritas, e seu significado efetivo na nova configuração do espaço submetida crescentemente à lógica e ao ritmo da produção e circulação do capital econômico, notadamente, o financeiro⁴. A antítese da revolução simbólica é a revolução conservadora: aquela que estabelece a heteronomia *objetiva* a despeito da aparência de autonomia e da autorrepresentação dos agentes, vivendo em estado de “quase esquizofrenia”.

Dispensável sublinhar que a atenção à heteronomização – seja por meio de vetores religiosos, políticos ou econômicos, dos quais, por vezes, os agentes no próprio campo se tornam portadores – estava presente nas análises das revoluções simbólicas (BOURDIEU, 2013, 1996), assim como em trabalhos sobre o sistema de ensino (BOURDIEU, 1989). O que singulariza esse artigo é que o problema da heteronomia esteja no coração

Sociologia da Universidade de São Paulo). A Sergio Miceli, agradecemos especialmente pela revisão da tradução. Ximena Gonzalez, da Editorial universitaria de Buenos Aires (Eudeba), cordialmente nos cedeu os arquivos de imagem dos diagramas e a ela ficamos gratos por isso.

- 4 Em aula ministrada no Collège de France, no dia 10 de fevereiro de 1999 (ano de publicação de *Uma revolução conservadora*), a perturbação do sociólogo com as numerosas possibilidades de regressão da autonomia era evidente. Afirmava: se só há campo e história da arte propriamente dita, depois das revoluções simbólicas que destroem a tendência à eternização da prática e ao monopólio de legitimidade, que instauram a concorrência por ela, tal como a realizada por Manet; também é indiscutível a observação de que, em distintos graus, os campos relativamente autônomos desenvolvem tendências à cristalização em detrimento da inovação. As “dependências próprias” – a cada campo, isto é, internas a eles – também “[...] introduzem uma formidável força de inércia capaz de se opor aos valores que são oficialmente proclamados.” Logo, “[...] as pessoas fazem o contrário do que se diz e que é preciso fazer assim para ser reconhecido legitimamente num campo, se elas têm, por exemplo, muito apoio e forças sociais atrás delas.” (BOURDIEU, 2013, p. 170).

do argumento e proponha uma agenda de pesquisa em torno dele⁵. Vale arriscar: os processos de heteronomização, desinstitucionalização e desprofissionalização nas diversas práticas podem ser associados às preocupações do sociólogo com a dinâmica da circulação internacional no mundo posterior à supressão oficial da guerra fria.

De uma maneira evidente, os trabalhos de Horacio Tarcus e de Andrea Borges Leão remetem às questões tratadas por Pierre Bourdieu neste artigo – por discutirem os sentidos políticos das traduções e os papéis intelectuais assumidos por editores. Em *Vicisitudes de las ediciones de El Capital en el mundo hispano-americano*, Horacio Tarcus trata do sucesso editorial d’*O Capital*, de Karl Marx e analisa a variação do princípio de edição e tradução legítimas, em função do regime de autenticidade socialmente estabelecido pelos leitores de Marx. Gradualmente, as versões baratas e resumidas d’*O Capital* são substituídas por edições que passam a ser objeto de discussão profissional entre especialistas da obra de Marx.

Por sua vez, Andréa Borges Leão, em *José Mauro de Vasconcelos: o intérprete e as traduções do Brasil*, trata da imposição do arbitrário cultural implicado na circulação do *best-seller*, *O meu pé de laranja lima*, o qual se inscreve em uma indústria do livro produtora de “padrões universais”, que justificam a exportação mundial da literatura e que fazem da obra traduzida peça fundamental de trocas e de consumo para além das fronteiras nacionais.

Ultrapassando os limites da temática do livro, da edição e da circulação internacional, a excepcionalidade desse artigo de Pierre Bourdieu articula-se aos trabalhos que reunimos neste dossiê na medida em que três deles se ocupam de processos de heteronomização cravados por princípios econômicos e políticos, assim como dos efeitos disso na apreciação cultural – notadamente, os artigos de Lidiane Soares Rodrigues, de Ana Paula Hey e Alice Chiaramonte e de Roberto Grün.

5 Esse artigo encontra-se no coração de alguns debates internacionais; porém, apresentá-los e circunstanciá-los, juntamente às outras singularidades que respondem por esta relevância, ultrapassaria os limites desta apresentação. Para tanto, remetemos o interessado ao sítio do academia.edu/LidianeSoaresRodrigues – sessão “materiais de pesquisa”: “Por que “Uma revolução conservadora na edição”, de Pierre Bourdieu?”

Para além da certeza de prestar um serviço a pesquisadores, a colaboradores e a interessados em geral, a relevância científica e pedagógica de *Uma revolução conservadora na edição* encorajam a presente publicação; ela se liga também ao último propósito deste dossiê, que requer explicitação.

O engajamento político de Pierre Bourdieu é central para a compreensão de sua inquietação com os processos de heteronomização no mundo simbólico. Frédéric Lebaron advertiu a intenção mais ou menos implícita de despolitizar o trabalho do sociólogo por parte de alguns comentadores. Opondo-se a eles, defendeu que Bourdieu apostava na “[...] prática de uma articulação coerente entre pesquisa autônoma em ciências sociais e eficácia política.”, animada por uma espécie de “*habitus intellectualo-politique.*” (LEBARON, 2005, p. 635). Efetivamente, o leitor a encontrará em ação na enxuta e fatal conclusão desse artigo, não por acaso denominada “A moral da história”. Nela, é particularmente saliente a aposta na autonomia dos campos, que pressupõe a expulsão da religião, do dinheiro e dos interesses políticos deles. A eliminação dos princípios de apreciação e depreciação heterônomos, em que se pese a tomada de distância da política, não consiste em descompromisso ou alienação. O modelo de engajamento de Pierre Bourdieu, tendo substrato naquela aposta pela autonomia, não caberia nas alternativas vulgares, do tipo “*scholarship* impotente ou engajado sem fundamento.” (LEBARON, 2005, p. 635).

Os oxímoros da história recente brasileira reforçaram a sintonia com essas inquietações de Pierre Bourdieu e com sua maneira de exprimi-las. Ao leitor caberá julgar se fomos bem-sucedidos ao chamarmos a atenção para os nexos entre os intelectuais, a cultura e a política.

Referências

BOURDIEU, P. **La noblesse d'État**: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

_____. **As regras da arte**. Lisboa: Presença, 1996.

_____. Gênese e estrutura do campo religioso. *In*. _____. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 27–98.

_____. **Manet**. Une révolution symbolique. Paris: Seuil, 2013.

LEBARON, F. Defense de l'autonomie et nouveau militantisme. *In*: MAUGER, G. (Org.). **Rencontres avec Pierre Bourdieu**. Bellecombe-en-Bauges: Editions du Croquant, 2005, p. 635–639.

MATONTI, F.; SAPIRO, G. L'engagement des intellectuels: nouvelles perspectives. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 176-177, p. 4–7, 2009.